

# Unidades do Socioeducativo passam por desinfecção contra o coronavírus

O governo de Goiás, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds), está finalizando a desinfecção das estruturas físicas de todas as unidades do Sistema Socioeducativo do governo de Goiás. Na manhã desta quinta-feira, 18, foi a vez do Centro de Atendimento Socioeducativo de Formosa passar pela higienização.

O objetivo é a proteção e o impedimento de contaminação pelo novo coronavírus. A desinfecção foi feita também no prédio da Seds, no Centro de Goiânia. Além de desinfetar as unidades, a Seds está distribuindo Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos profissionais e socioeducandos, que ficam nas cidades de Goiânia, Anápolis, Formosa, Itumbiara, Luziânia e Porangatu.

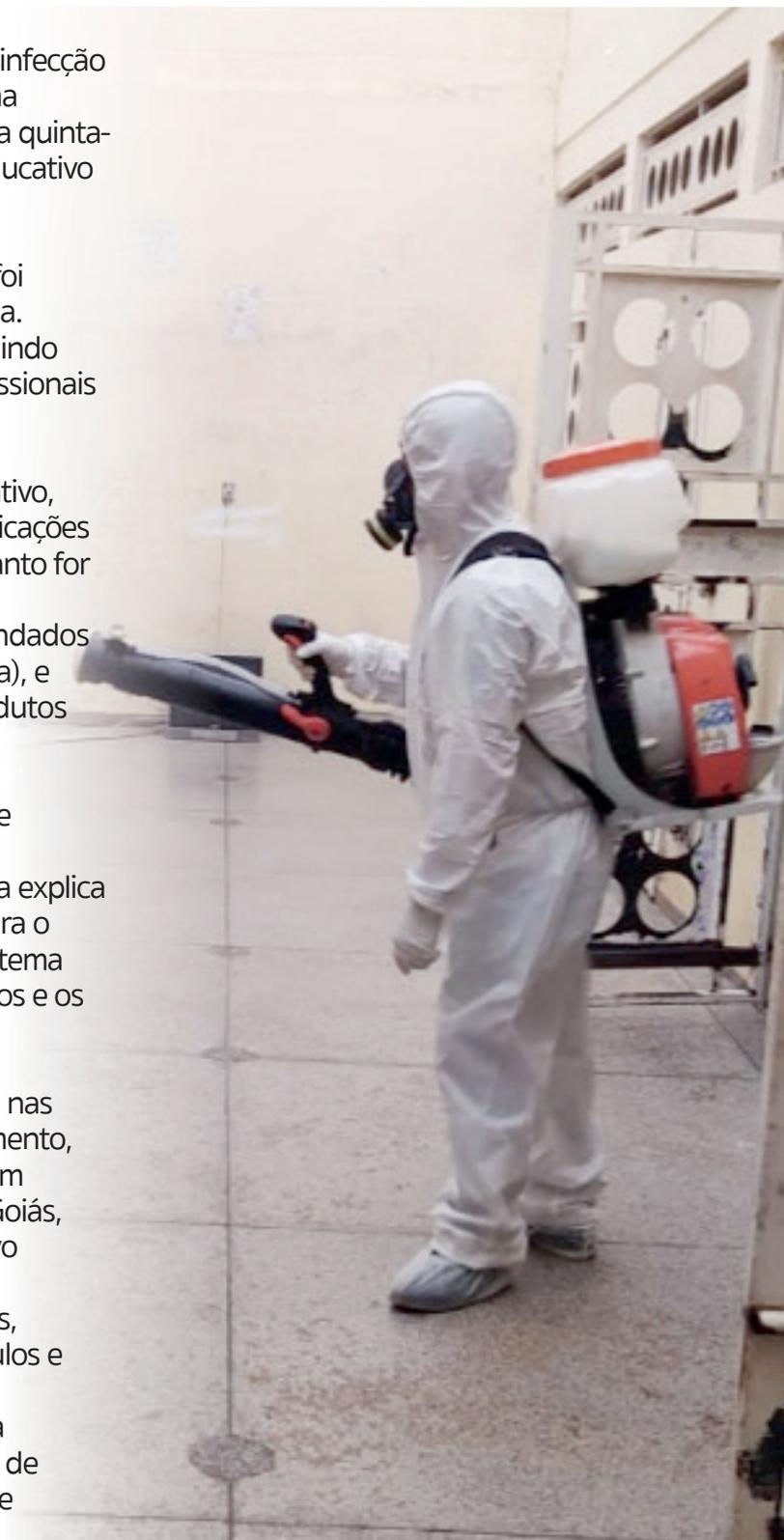
De acordo com o gerente do Sistema Socioeducativo, Sandro Lacerda, serão feitas, inicialmente, quatro aplicações em cada unidade, com intervalos de 15 dias. “E o quanto for necessário até o fim da pandemia”, ressalta ele.

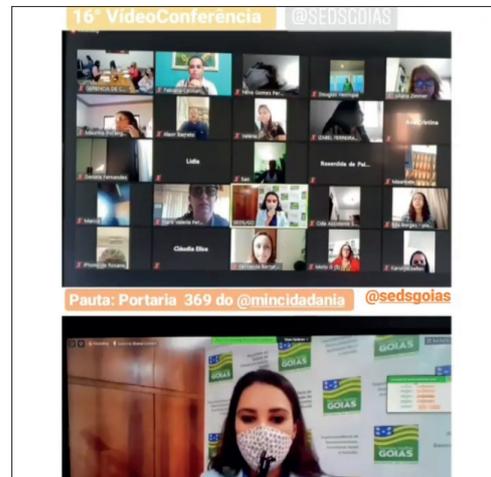
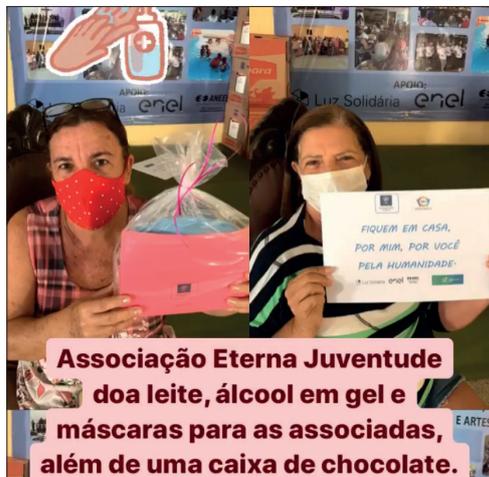
Os produtos, que são pulverizados, são recomendados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e aplicados por uma empresa especializada. “São produtos de qualidade reconhecida na desinfecção do novo coronavírus”, explica Sandro. O combate é feito nos alojamentos e nos espaços coletivos como quadras e refeitórios de todas as unidades.

Secretária de Desenvolvimento Social, Lúcia Vânia explica que esta é mais uma medida do governo de Goiás para o combate ao novo coronavírus. Ela ressalta que no Sistema Socioeducativo estão grupos de risco como os internos e os trabalhadores envolvidos no dia a dia das unidades.

De acordo com ela, a desinfecção é parte dos procedimentos de prevenção adotados pelo governo nas unidades, que abrigam adolescentes que, neste momento, estão sob a responsabilidade do estado. “A Seds, assim que foi confirmado o primeiro caso de Covid-19 em Goiás, entregou nos Centros de Atendimento Socioeducativo (Cases) e no Centro de Internação Provisória (CIP) equipamentos de proteção individual, como máscaras, jalecos, medidores de temperatura, álcool em gel, óculos e luvas, adquiridos pelo governo de Goiás.”

Lúcia Vânia ressalta ainda que a Seds mantém a vigilância para oferecer total segurança e condições de trabalho mais favoráveis aos técnicos das unidades e também aos adolescentes.





R\$ 2,50 GOIÂNIA, QUINTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2020 - ANO 82 - Nº 24.232 / OPOPULAR.COM.BR

# O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por Jaime Câmara, Joaquim Câmara e Rebouças Câmara

## Um diálogo necessário



**Lucia Vânia**

Secretária de  
Desenvolvimento  
Social

Um simpósio virtual, que reuniu mais de 2,3 mil inscritos, além de centenas de representantes da rede de proteção da criança e do adolescente de Goiás e de diversos outros Estados que acompanharam as palestras, marcou o Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no 18 de maio.

A violência sexual é reconhecidamente um fenômeno social e cultural e seu enfrentamento deve ser multifacetado, o que nos indica que a atuação isolada de uma política pública não atingirá êxito no enfrentamento dessa problemática.

As estatísticas apontam para um grande número de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, apesar da subnotificação. Os últimos dados divulgados apontam que, em 2018, o Brasil registrou ao menos 32 mil casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, o maior índice de notificações já registrado pelo Ministério da Saúde e que equivale a mais de três casos por hora. Como sabemos, quase 80% desses casos acontecem dentro de casa e um número significativo dos agressores são familiares da vítima.

Como previsto em lei, mesmo nos casos de suspeita, uma notificação deve ser feita ao Conselho Tutelar ou à delegacia de polícia. A partir dessa notificação, toda a rede de atendi-

mento à vítima e à família, que envolve os Conselhos Tutelares, os centros de Assistência Social, a rede de Saúde e de Educação, delegacias da Criança e Adolescente, Ministério Público, Defensoria Pública e Juizado da Infância e Juventude, é acionada. Bem como os órgãos responsáveis pela responsabilização do autor da violência.

O governo de Goiás, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, compõe a rede de atenção às crianças e adolescentes vítimas de violência na medida em que se responsabiliza pelo atendimento psicossocial das vítimas e familiares e por ações de prevenção.

No entanto, esse trabalho depende grandemente da parceria da política de educação, que vivencia o cotidiano das crianças e adolescentes de nosso Estado e tem uma importante atuação, não só na identificação das vítimas de violência, mas em especial na contribuição no que diz respeito à formação das crianças e adolescentes enquanto cidadãos.

O diálogo com a escola, espaço importante de conscientização dos Direitos Fundamentais e de construção dos sentimentos de cidadania, solidariedade e respeito, e o trabalho em rede é o caminho para a construção de formas eficazes de atuação do poder público no enfrentamento da triste realidade de violência vivenciada por muitas crianças.